

Aprovação de emendas fica mais difícil

Preocupados em defender o Governo de um pretenso golpe para implantação do parlamentarismo antes de 1995, os deputados dos partidos ligados ao Planalto acabaram contribuindo para dificultar ainda mais a aprovação de uma série de emendas constitucionais pretendidas pelo Executivo para alteração na sua política econômica. Eles ajudaram a aprovar, na Comissão de Constituição e Justiça, quinta-feira à tarde, parecer pela exigência de um **quorum** mínimo de 302 deputados para que um projeto de emenda constitucional possa ser colocado em votação.

Como são raros os casos de um **quorum** em plenário superior a 400 parlamentares, fica mais fácil para a oposição fazer obstrução. Somente as bancadas do PT e do PDT, por exemplo, poderão impedir a votação de um projeto de emenda constitucional se a presença dos parlamentares for inferior a 390. O grande favorecido com a nova exigência foi o PDT, que lutou pelo **quorum** mais alto para prejudicar a tramitação do projeto de emenda constitucional dos parlamentaristas, que antecipa para 21 de abril do ano que vem a realização do plebiscito para escolha da forma e sistema de governo.

Destaque

Foi por causa desse projeto de emenda constitucional que os deputados ligados ao Governo acabaram votando com o PDT para um **quorum** mais alto para votação. E que na primeira vez que o projeto foi colocado em votação, há uma semana, o PT fez um destaque para suprimir o artigo 1º, no qual é especificado que, caso o plebiscito aprove o parlamentarismo como novo sistema de governo, este só será implantado em 1º de janeiro de 1995. Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), a intenção foi apenas a de "evitar a repetição do que já está assegurado na Constituição". Na ocasião, a Mesa da Câmara entendeu que o destaque poderia ser aprovado apenas com maioria simples — metade mais um dos presentes — e a votação foi suspensa para que a Comissão de Constituição e Justiça fizesse a interpretação regimental.

E o resultado desta interpretação tornou ainda mais difícil a já complicada aprovação das emendas constitucionais, que precisam ser votadas em dois turnos, em cada Casa do Congresso e exigem a aprovação de pelos menos 3/5.